

REPRESENTAÇÕES DA SEXUALIDADE DE MULHERES DAS CAMADAS POPULARES DE BELÉM NO SÉCULO XIX

Lina Brandão de Aras¹

Elainne Cristina Mesquita²

RESUMO

No presente artigo procurou-se demonstrar como as representações da sexualidade de mulheres das camadas populares da cidade de Belém foram forjadas no final do século XIX, em um recorte histórico específico, delimitado nos primeiros anos republicanos entre 1890 e 1894. Para análise de como se forjaram tais representações partimos dos paradigmáticos discursos científicos impressos nas obras de Raimundo Nina Rodrigues, José Veríssimo, Louis e Elizabeth Agassis. Para o debate foram utilizadas fontes primárias de importante jornal que circulou na cidade, *O Correio Paraense*, com a finalidade de evidenciar a articulação do discurso científico com o político através dos periódicos.

Palavras-chaves: Gênero. Representação. Ciência.

ABSTRACT

In this paper tried to demonstrate how representations of sexuality class women of the city of Belém were forged in the late nineteenth century, in a historical specific, delimited in the early Republican years between 1890 and 1894. To analyze how these representations were forged we have made the paradigmatic scientific discourse in the works printed by Raimundo Nina Rodrigues, José Veríssimo and Louis and Elizabeth Agassis. For the debate were used as primary sources of important newspaper that circulated in the city, *O Correio Paraense*, in order to evidence the articulation of scientific discourse with the political through the journals.

Keywords: Gender. Representation. Science.

¹ Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo e Pós-doutorada pela Universidade Federal de Pernambuco. Professora do Departamento de História e do Programa de Pós Graduação do Núcleo de Estudos Interdisciplinares da Mulher da Universidade Federal da Bahia. E-mail: lina.aras60@gmail.com e laras@ufba.br

² Mestranda do Programa de Pós Graduação do Núcleo de Estudos Interdisciplinares da Mulher da Universidade Federal da Bahia. E-mail: enymesquita@hotmail.com

1 – CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Por volta do século XVIII, com os avanços da ciência instalou-se no Ocidente uma necessidade em se falar de sexo, as pesquisas embrionárias, o desenvolvimento de técnicas de investigação, exigiram uma maior preocupação com o assunto e começou a colocá-lo no campo dos interesses institucionais, da medicina, do sistema jurídico e político, “[...] tornando-se caso de polícia no sentido de majoração ordenada das forças coletivas e individuais”. Técnicas elaboradas e diferenciadas de poder passaram a regulamentar o comportamento humano, relações econômicas, de trabalho, acúmulo de riquezas, passaram a se configurar de forma diferenciada, com o sexo não foi diferente, novos códigos se forjaram a partir de questionamentos sobre a natalidade, a função sexual do casamento e o celibato (NASCIMENTO, 2005, p. 67).

A partir da Era Vitoriana alguns estudos antes improváveis ganharam novos contornos, porém, não se deu sem causas, as profundas mudanças culturais, os abalos nas estruturas religiosas, o avanço da medicina, da ciência como “verdade absoluta” e da psicologia trouxeram ao centro das atenções assuntos antes encarados como tabus, obscuros e proibidos, dentre eles, o sexo. O Vitorianismo se estabeleceu como um período de recrudescimento sobre as práticas sexuais, trazendo, de acordo com Foucault, novos dispositivos de repressão sobre o corpo e a sexualidade, em contraposição a um período clássico que se estendeu até o século XVII, que percebia a sexualidade como algo divino, no campo das práticas sagradas sem nenhuma ligação com o profano (FOUCAULT, 2001).

As instituições científicas, educacionais e jurídicas, passaram a apropriar-se do sexo de forma a subordiná-lo, domá-lo, de definir sua existência a partir de seus discursos reguladores e dispositivos específicos de uma ordem discursiva, codificando práticas e disseminando uma espécie de “educação sexual” moralizadora de comportamentos “impróprios”. Pedagogias se encarregavam do sexo dirigido à infância, a medicina cuidava da reprodução das mulheres, a psiquiatria, de uma possível esterilização relacionada a prováveis distúrbios da sexualidade humana como perversões, procriação etc. (FOUCAULT, 2001, p. 32).

Toda esta problematização do sexo e da sexualidade humana tiveram suas heranças desde os escritos gregos e com os preceitos aristotélicos que deram os primeiros enunciados sobre a sexologia no Ocidente, dentre eles um que postulava a irrelevante contribuição da mulher na procriação, identificando o sangue menstrual

como a mera substância necessária para o desenvolvimento do embrião. Hipócrates, porém, postulou que as secreções vaginais teriam propriedades equivalentes ao sêmen masculino e que os fluídos femininos contribuiriam para a formação do embrião (GREGERSEN, 1983, p. 30). Estas ideias auxiliaram na problematização do sexo e da sexualidade humana, enraizando desde as primeiras formulações gregas papéis distintos da função sexual de “machos” e “fêmeas”, subordinando mulheres ao papel de coadjuvantes.

Para Foucault o sexo como discurso já estaria implícito muito antes de sua explicitação, antes que se tratasse como expoente os comportamentos e práticas sexuais, uma penumbra sobre o assunto, um discurso que sussurrava já pairava sobre os corpos de homens e mulheres. As escolas do século XVIII podem servir de exemplo, pois, mascaravam o sexo como discurso atuante, dando a impressão de que nestes espaços um silêncio profundo se imporia diante do tema, um segundo olhar mais minucioso, porém, pode nos revelar vozes uníssonas falando sobre sexo nestes espaços, retirando máscaras, bastaria atentar para “os dispositivos arquitetônicos, para os regulamentos de disciplina e para toda a organização interior: lá se trata continuamente do sexo” (FOUCAULT, 2001, p. 34).

Os reguladores disciplinares das escolas do século XVIII foram forjados também a partir de possíveis sistemas de controle da sexualidade infantil, precoce, ativa, permanente. Salas, pátios recreativos, dormitórios enfim, todos os espaços físicos da escola falavam de uma sexualidade infantil que carecia de ordenamento e controle institucionalizado. Família, escola, poderes públicos deveriam agir de forma correlata afim de, estabelecer um controle específico sobre os corpos de meninos e meninas em formação física e psíquica (FOUCAULT, 2001, p. 30).

Meninos e meninas, homens e mulheres, nascem, crescem, reproduzem-se (ou não) e morrem fadados e/ou aprisionados aos seus corpos, seus sexos e as relações que complexamente derivam destes signos. O “reconhecimento” seja ele por si ou pelo outro, do ser “macho” ou ser “fêmea” acaba por construir sexualidades estabelecendo relações de poder que (re)significam constantemente o campo das relações humanas e sociais.

Reflexões pretéritas auxiliaram na construção e significação do corpo e do sexo, em postulados de Diderot, D'Alembert, Roussel e Cabanis, a maternidade como função e essência do sexo feminino, o corpo masculino como superior, os papéis sociais atribuídos a homem e mulher, e as relações com a biologia foram bem articuladas e

seguiram sendo reformuladas ao longo dos séculos. Médicos e cientistas do século XIX auxiliaram na disseminação destas teorias, colocando a biologia como fornecedora de “provas” do estatuto biológico do sexo, colocando a sexualidade feminina intimamente ligada à função reprodutiva, e toda e qualquer prática sexual que não se conectasse a esta função era considerada “desvio”.

A partir destas considerações percebemos que a Ciência Moderna seguiu auxiliando na “objetificação” das mulheres, de seus corpos e de sua sexualidade, “desigualdades de gênero, incorporadas nas instituições da ciência, influenciaram o conhecimento saído destas instituições.” O conhecimento inadequado do corpo das mulheres foi reproduzido por vários capítulos, elaborados a partir de estudos que postularam uma suposta “ciência da mulher”, que pretensamente se debruçou no caráter físico, moral e intelectual do chamado “o sexo”. Uma formulação de “ciência sexual” que pretendia “o exame minucioso da diferença sexual” auxiliou para determinar papéis entre os sexos e resolver debates “acerca do papel adequado das mulheres na sociedade e nas profissões” (SCHIENBINGER, 2001, p. 207).

A sexualidade feminina começou a sofrer sanções de maneira mais complexa a partir do século XIX, quando os “homens de ciência” começaram a ocupar determinadas funções antes femininas, tradicionais e passadas através de gerações, como a função de parteira. Os primeiros homens parteiros, ou obstetras, passaram a dominar as artes da reprodutividade, cientificizando um saber tradicional e milenar das mulheres, causando prejuízos ao controle da natalidade feminina, a compreensão e trato com o corpo, além de influenciar no exercício da sexualidade.

Segundo Schiebinger (2001, p. 210) na Europa moderna o desaparecimento das parteiras causou problemas para a saúde das mulheres, pois as mesmas acabaram por perder o controle de sua fertilidade. Aquelas mulheres tinham acesso a aproximadamente 200 métodos contraceptivos, entre tantos outros produtos abortivos de natureza mecânica ou vegetal, o desaparecimento das parteiras e de seus saberes tradicionais de contracepção passados “através da rede de relações entre as mulheres, de mãe para filha e de parteira para vizinha”, conseqüentemente deu mais filhos as mulheres europeias do século XIX.

Juliet Michel nos esclarece que o papel reprodutivo da mulher foi “santificado” a partir do avanço do capitalismo, o que auxiliou na delimitação de papéis sexuais entre homens e mulheres, excluindo as mulheres dos setores de produção, estes por sua vez designados aos homens invariavelmente. A sexualidade haveria sido colocada para as

mulheres como exercício de prazer proibido, definido pelas instâncias do matrimônio formal capaz de espiritualizar o “instinto sexual” através da moralidade, da exclusividade conjugal dos vínculos emocionais (MICHEL, 1967).

No vocabulário sexual contemporâneo podem-se localizar testemunhos eloquentes da apropriação e objetificação da mulher enquanto progenitoras e produtoras através da história, a “relação sexual foi assimilada ao regime de posse bem mais fácil e completamente do que o relacionamento produtivo e reprodutivo” (MICHEL, 1967, p. 214). A problematização da sexualidade por teóricos comunistas, socialistas e liberais, ao longo de densos processos históricos, não resolveram as complexas tramas que envolvem o tema e não aprofundaram a localização das mulheres no que tange estas relações. Para Michel, muitos debates sobre a sexualidade feminina não elegeram como foco importante a “posição e a dignidade das mulheres em diferentes sociedades e recortes históricos” (MITCHEL, 1967; p. 22).

A rejeição dos estudos sobre os papéis sexuais das mulheres como elemento primordial para se entender as relações de gênero construídas através da história perpassam pela escolha dos objetos de pesquisa, pela eleição, “do que?”, “de como?”, “para onde?”, “porque?”, estudar algo tão complexo e delicado, que mesmo em uma sociedade ocidental dita “liberal” e “moderna” ainda enfrenta preconceitos e silêncios que se estendem. Desconstruir uma ciência pré-estabelecida, que auxiliou a forjar no corpo e no “sexo” das mulheres, uma certeza “universal” e “absoluta” sobre nossa “biologia reprodutiva”, nosso papel sexual “passivo” e nossa “natureza inferior”, de certo não é tarefa simples, porém os estudos feministas vêm através dos anos demonstrando que é possível e acima de tudo, deve ser feito.

De acordo com Sardenberg (2002), os estudos e as teorias feministas auxiliaram e possibilitaram a dissolução de muitos impasses no campo do conhecimento, a partir de dois pontos distintos, porém, que se interligam, “o primeiro diz respeito aos avanços teórico-metodológicos no interior do próprio pensamento feminista com a construção e teorização em torno das relações de gênero”, o que propiciou às construções e reflexões sobre gênero como um objeto teórico importante para investigações e reflexões a partir de uma epistemologia feminista. O segundo seria a crítica feminista à ciência, que trouxe novo fôlego e pistas importantes para novas abordagens “à epistemologia

histórica e suas contribuições para a desmistificação da ciência moderna” (SARDENBERG, 2002, p. 93).³

Se a teoria e a crítica feminista nos apresentam novas possibilidades e novos olhares sobre as relações entre os sexos e nos permitem através da utilização da categoria gênero reencontrar as mulheres e seus papéis no mundo, devemos então nos apropriar desta epistemologia para analisar “novos” e “velhos” objetos, construídos a partir de uma ciência moderna, “preche da razão dualista, cartesiana, característica do pensamento iluminista”, estruturada por uma lógica binária de opostos (sujeito/objeto, mente/corpo, razão/emoção, objetividade/subjetividade, transcendente/imanente, cultura/natureza, ativo/passivo) e impregnada de uma “estruturação conceitual do mundo que incorporou, no seu vértice, ideologias de gênero historicamente específicas, ainda hoje evidentes na cultura e nas práticas das ciências naturais” (SARDENBERG, 2002, p. 95).

Se em sua construção a sexualidade das mulheres teve auxílio de uma ciência dualista, androcêntrica, sexista, moldada em pré-supostos de lógicas binárias devemos nos apropriar das ferramentas possíveis para criticar este fato e tentar (re)construir novos caminhos que nos permitam enfrentar e problematizar o tema, de modo incluyente, visando reconfigurar o sexo, o corpo e o exercício da sexualidade das mulheres na história.

No presente artigo procurou-se debater como as representações da sexualidade de mulheres das camadas populares de Belém foram tecidas no final do século XIX, a partir dos discursos científicos de dois “homens de ciência”, Raimundo Nina Rodrigues, observado a partir de sua obra *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*, e José Veríssimo em *Estudos Amazônicos*. Para o debate foram utilizadas fontes primárias retiradas de periódico que circulou na cidade, intitulado, *O Correio Paraense*, com a finalidade de evidenciar os discursos articulados e reproduzidos pela ciência sobre sexualidade, higiene, progresso e moralidade.

Neste texto tentamos (re)encontrar em um recorte histórico específico as mulheres em pleno exercício de sua sexualidade, porém em maior evidência debater as representações construídas em seu entorno e observar possíveis implicações que auxiliaram nas representações desses comportamentos por um pensamento cientificista, burguês, delimitador de discursos sobre higiene e salubridade. O recorte delimitado

³ Cf.: FLAX, Jane. *Thinking Fragments: psychoanalysis, feminism, and postmodernism in the contemporary west*. Berkley: University of California Press. 1990.

entre os anos de 1890 e 1894, foi proposto para tentar evidenciar como se (re)construíram representações da sexualidade de mulheres populares nos anos que se seguiram ao advento republicano em Belém (1889). Este recorte na temporalidade histórica foi escolhido como ensaio sobre os primeiros debates pretensos para o trabalho de dissertação de mestrado.

2 - ATRAVÉS DO DISCURSO CIENTÍFICO

A República no Brasil (1889) nasceu sob o paradigma da manutenção da “ordem” e da ascensão ao “progresso” e subordinados aos interesses da pátria, políticos, intelectuais e “homens de ciência” aliavam-se para combater os movimentos sociais, os levantes operários e qualquer “desordem” popular que representasse “perigo” iminente para a sociedade. Nesta corrida progressista agir com sutilezas para garantir a ordem pública não fazia parte dos discursos que alardeavam mudanças do sistema político a bem dos novos padrões sociais que se pretendiam estabelecer (PATTO, 1999, p. 02-05).

A expansão econômica da cidade de Belém e os interesses republicanos aliados as mudanças no pensamento científico, auxiliaram no crescimento das preocupações com o controle da população, com a moral e com os bons costumes, fazendo com que o pensamento social se constituísse e se incorporasse no debate intelectual local, partindo de um conjunto extremamente variado de ideias científicas importadas, sobretudo da Europa (ALVAREZ, 2005). Este elaborado conjunto de ideias auxiliaram as elites dominantes a pensar as possíveis mudanças estruturais, políticas e sociais, e ainda a incorporação de “tais teorias foram utilizadas para tentar demonstrar a inferioridade do povo e estabeleciam argumentos para explicar o dito atraso da nação, e bem como ditar propostas para a cura de um país ‘enfermo’ e ‘doente’” (ARAÚJO, 2007, p.110).

Nestes discursos científicas do século XIX o comportamento feminino foi diversas vezes evidenciado e as mulheres dentro destes debates consideradas peças fundamentais para o controle da higiene e da criminalidade assim como para a ascensão ao progresso. Tendo na maioria das vezes como pano de fundo a prostituição e o caráter frágil da natureza feminina estes discursos dispunham do “respaldo da ciência, o paradigma do momento e da medicina social” que asseguravam como características femininas por razões biológicas “a fragilidade, o recato, o predomínio das faculdades afetivas sobre as intelectuais, a subordinação da sexualidade e a vocação maternal.” Em

contraposição “o homem conjugava à sua força física uma natureza autoritária, empreendedora, racional e uma sexualidade sem freios” (SOIHET, 1989, p. 123).

Ideias europeias de controle da criminalidade envolvendo a mulher puderam ser percebidas também na Belém de fins do século XIX, muito conceituadas nos debates oitocentistas saltaram das notas dos periódicos pesquisados tendo como um de seus fieis representantes o jurista Cesare Lombroso, italiano famoso por seus debates sobre raça e criminalidade.⁴ Suas ideias circulavam nos periódicos:

A Sicilia e o Professor Lombroso.

O Professor Cesar Lombroso em uma entrevista que teve últimamente sobre a agitação na Sicilia, disse o seguinte:

<<A cousa é gravíssima. Quando a mulher participa como na Scicilia do movimento de rebelião é prova certa que a agitação revolucionaria vai muito adiantada. O que se dá na Scicilia actualmente confirma perfeitamente a theoria que expus no <<Delicto Politico>> que as populações nos paizes quentes e os povos mixtos são os que mais estão sujeitos a revolução. (CORREIO PARAENSE, 10 de março de 1894, p. 02).

O discurso de Lombroso demonstra a negação às mulheres dos espaços públicos coadunando-se com as ideias científicas propaladas também na cidade de Belém, criando representações específicas a partir do pensamento positivista sobre o comportamento feminino e a “criminalidade”, teorizando que o indivíduo criminoso apresentaria comportamentos desviantes “porque seriam portadores de taras hereditárias” (BARROS, 1997). A participação das mulheres em movimentos de *rebelião* deixa-nos entrever as características dos papéis femininos no século XIX, onde a participação da mulher em qualquer tipo de manifestação, movimentos revolucionários ou no mundo do trabalho não seriam bem vistos. Às mulheres estariam destinados os espaços referentes ao lar, ao doméstico ao privado e a construção historiográfica reafirmou durante longo período estes espaços como sendo os únicos possíveis para se localizar as mulheres e suas práticas cotidianas (PERROT, 1995, p. 14).

Se a ciência no país era influenciada por argumentos europeus para qualificar o comportamento feminino como mais propenso ao “desvio”, as mulheres pobres acabaram por se transformar em alvos fáceis e constantes dos ideais civilizadores que

⁴Sobre o jurista Cesare Lombroso Cf.: BORELLI, Andréa. *Da privação dos sentidos a legitima defesa da honra: consideração sobre o direito e a violência contra as mulheres*. Disponível em: <http://sisnet.aduaneiras.com.br/lexdoutrinas/arquivos/141106v.pdf>. Acesso em: 05 set. 2007.

viam em tais teorias as possíveis soluções para o entendimento da criminalidade e da sexualidade.

Estes argumentos cientificistas auxiliaram na construção social dos papéis de homens e mulheres quando localizaram a mulher em linhas delimitadas pelo espaço doméstico. De acordo com Tania Swain o sexo nada mais é do que uma construção social que estabelece sua importância através de “papéis generizados”, que naturalizaram as relações de heterossexualidade baseadas na reprodução, o que acarreta às mulheres a responsabilidade sobre a maternidade como condição significativa, esta condição cria os deveres, a imagem, os desejos e a função do que deveria ser uma “verdadeira mulher” (SWAIN, 2000, p. 69).

Trabalhos de importantes estudiosos como o médico Raimundo Nina Rodrigues (na Bahia) e José Veríssimo (no Pará) beberam nas teorias positivistas e foram influenciados pelo cientificismo de Cesare Lombroso. Nina Rodrigues em publicação intitulada *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*, de 1894, reforçou sua tese sobre a “degenerescência das raças” buscando em análises de Veríssimo, feitas a respeito do comportamento das populações mestiças da Amazônia, subsídios importantes para sua reflexão. De maneira reveladora suas representações demonstram o entendimento científico sobre os corpos e os comportamentos de mulheres das camadas populares da região norte do Brasil.

Nina Rodrigues (1894) discorre em sua obra que da “raça selvagem” ou “inferior”, entenda-se indígena e negra, mestiçada com a “raça superior” portuguesa estabeleceu-se na Amazônia uma “raça inferior” e “defeituosa”, desprovida de qualidades, a feição dominante e o caráter das populações amazônicas seria deficiente por sua falta de energia e de ação e todos os defeitos de uma “raça” inferior poderiam ser resumidas nesse exemplo.

As análises de José Veríssimo (1970) ganharam destaque na obra de Nina Rodrigues pois o mesmo foi conhecedor dos hábitos e costumes amazônicos, nascido na cidade de Óbidos, na então província do Pará em 1857, filho de José Veríssimo de Matos e Ana Flora Dias de Matos, teve o privilegio dos bem nascidos, estudou as primeiras letras em Manaus e Belém. Mudou-se para o Rio de Janeiro, em 1869, para continuar os estudos. Em Belém, Veríssimo foi colaborador de diversos jornais, além de exercer o magistério, fez diversas viagens a Europa, proferindo palestras sobre a civilização marajoara e as riquezas da Amazônia. Em 1891 era diretor de instrução do

Pará (cargo hoje equivalente a Secretário de Educação), estudioso do Naturalismo, foi um dos expoentes das críticas literárias e da historiografia das letras no Brasil.

Veríssimo (1970) em sua obra *Estudos Amazônicos*, a mesma citada por Nina Rodrigues, descreveu um pouco das “práticas amorosas” que seriam “comuns” a população da região norte pautando seu discurso no corpo da virgem tapuia ou mameluca desnuda, que mal se cobria a vista de um estranho. Veríssimo relatou que o concubinato seria uma coisa natural, fácil, consentida e de regra geral, sendo o adultério vulgar e tolerado. Nas famílias amazônicas, de acordo com seu pensamento de “homem da ciência” faltaria “o sentimento delicado do pudor, como o respeito mútuo”. De acordo com o autor:

Não se afrontam os pais se as filhas se não casam, conquanto preferissem que casassem. Muitas vezes a única cerimônia das uniões entre os dois sexos é, como entre alguns selvagens, o mútuo consenso das duas partes, por isso, nos lugares onde vivem em grupos mais numerosos, a prostituição, disfarçada sob a forma do concubinato, é geral. As mulheres banham-se nuas em lugares públicos, nas praias das cidades do interior, como terão visto quantos hajam subido o Amazonas do Pará a Manaus, lavam roupa nas margens dos seus rios e lagos com uma saia por tanga e prostituem-se precocemente (VERÍSSIMO, 1970, p. 72 - 73).

O discurso de Veríssimo nos possibilita conhecer um pouco do cotidiano das mulheres das camadas populares na região amazônica e dos desdobramentos de conjugalidade, demonstrando uma ampla flexibilidade no que se instituía como “práticas amorosas” o que auxiliou na produção de discursos que invalidavam as mesmas práticas ou as aproximavam a prostituição e ao *desvio*.

De acordo com Veríssimo a ausência do casamento não era motivo para que os pais interviessem diretamente nas “práticas amorosas” de suas filhas, condenando amores passageiros ou os prováveis amasiamentos, para os grupos mais pobres para a existência de uma união bastava o consentimento dos envolvidos dispensando-se os tramites emergentes do casamento legalmente constituído ou ainda a tradicionalidade das cerimônias religiosas. O pensamento cientificista do autor aproxima os concubinatos a prostituição e a degenerescência racial, em seu entendimento os amasiamentos seriam semelhantes às práticas indígenas, ou como convencionou chamar “selvagens”.

As relações amorosas das mulheres das camadas populares nem sempre se pautavam nos discursos do casamento, indo muito além das cerimônias religiosas e da

tutela masculina, as mulheres exerciam seu direito a escolha, mesmo que contrariando as normas sociais vigentes, escolhendo ou recusando amantes, brigando com rivais, e tornando-se alvo de disputas entre os homens contrariando o que deveria se configurar no “bom comportamento”.

Dentro do discurso científico sobre o comportamento das populações amazônicas os debates sobre raça, mestiçagem e embranquecimento apareciam como pauta importante para justificar as práticas e vivências, sempre utilizando uma linguagem de depreciação dos elementos negros e indígenas e exaltando a colonização branca da região. José Veríssimo deixa claras suas impressões sobre a população pobre das regiões amazônicas declarando que:

É entre os mais humildes, porém mais genuínos representantes das raças mestiças, do branco com índio, e do tapuío, dessa gente para quem a civilização foi madrasta e que, na profunda miséria do seu triste viver, parece ainda guardar as marcas indeléveis dos sofrimentos por que passaram seus avôs; dessa gente que vive da sua primitiva e mesquinha lavoura de maniva, pescando ou caçando nas águas piscosas dos nossos rios imensos e quase inumeráveis, ou nos fartos e infundos bosques da nossa terra firme, remando a canoa do audacioso regatão ou reunida nas épocas e lugares próprios da extração da seringa e da castanha [...] (VERÍSSIMO, 1970, p. 70).

Os debates sobre raça e miscigenação permeavam os olhares dos “homens de ciência” sobre a população pobre da região, sobrecarregados de adjetivos davam ao discurso de Veríssimo um tom quase paternal de piedade que marcava seu entendimento a respeito da condição de pobreza e do modo de vida ribeirinha. Sobre as mulheres amazônicas os discursos cientificistas de José Veríssimo afirmavam uma natureza predeterminada a prostituição, concubinato e adultério, condições estabelecidas no século XIX como degenerativas da família, da natureza biológica da mulher assim como do bem estar da população. Estas “inclinações” impediam o progresso e a civilização, e as ações higienizadoras e moralizadoras em torno do amor e da sexualidade feminina voltavam-se para o controle de determinados comportamentos que encontravam-se enraizados na cultura local.

Veríssimo (1970) ao observar a obra dos naturalistas Louis e Elizabeth Agassiz definiu que as impressões de Madame Agassiz sobre a mulher amazônica teriam sido imprescindíveis para se esboçar o retrato de uma família “desmantelada” em que a mulher estaria desprovida dos direitos existentes dentro da composição de uma família bem constituída, ou seja, legalmente constituída a partir dos modelos burgueses

emergentes. Ainda de acordo com Veríssimo seria impossível perceber a opinião que as mulheres teriam de si mesmas, pois sempre resignadas aos serviços domésticos, de plantio e de cultivo, sem ação direta sobre a família ou sobre a instrução dos filhos, seriam tratadas pelos maridos como se servas fossem ou concubinas. Deste modo:

Sem a noção positiva do pudor, sem o forte e insubstituível laço do casamento, a família mameluca, como a tapuia, está, por assim dizer, em plena decomposição, esfacela-se; concorrendo assim, pela sua influencia numérica, para a desmoralização dos costumes de ambas províncias. Aqui na capital do Pará ve-se a cada passo mulheres seminuas a lavarem roupa em algumas praças publicas, ou apenas de saia e decotadíssima camisa de mangas curtas, servindo em nossas casas, no seio das nossas famílias. (VERÍSSIMO, 1970, p. 73 - 74).

Às mulheres estava reservado o espaço doméstico, o casamento e a criação dos filhos e o trabalho fora do lar, nas condições específicas das ruas, significava uma ameaça à constituição familiar. Segundo Sidney Chalhoub, (2001, p. 204) apesar de serem encontradas mulheres trabalhando em casas de comércio ou como operárias o serviço doméstico era o principal reduto ocupacional das mulheres pobres. O trabalho remunerado da mulher pobre, portanto, deveria ser em geral uma extensão das suas funções domésticas, sendo realizadas dentro de sua própria casa ou na casa da família que a empregava, a partir desta perspectiva as mulheres que circulavam nas ruas ou desenvolviam atividade fora do espaço privado de seus lares poderiam facilmente ser reprimidas e representadas em meados do século XIX como um problema de ordem social, ou associadas ao mundo do crime.

Elizabeth Agassiz mostrou-se muito impressionada com os costumes da região e assim como José Veríssimo, escreveu sobre os hábitos das mulheres também relacionando os mesmos com a miscigenação e a permanência de costumes indígenas.

A obra *Viagem ao Brasil*⁵, citada por José Veríssimo foi publicada em 1868 por Louis e Elizabeth Agassiz, este trabalho foi apresentado como resultado de longa expedição científica denominada, “Expedição Tayer”, que visitou, entre 1865 e 1866, o Rio de Janeiro, Minas Gerais, nordeste do Brasil, terminando na Amazônia. Esta expedição teve apoio de Dom Pedro II, porém na verdade é o diário de campo de Elizabeth Agassiz tendo seu marido, Louis Agassiz, apenas uma participação em sua

⁵ AGASSIZ, Jean Louis Rodolph; AGASSIZ, Elizabeth Cary. *Viagem ao Brasil* (1865-1866). Tradução e notas de Edgar Sússekind de Mendonça. Brasília: Senado Federal/Conselho Editorial, 2000. Coleção: O Brasil visto por estrangeiros.

composição. A Amazônia representou para o casal Agassiz um campo de observação científica vasto no que diz respeito a miscigenação e sua obra retrata as ideias racistas da ciência emergente.

O que torna a obra mais interessante são as impressões de Elizabeth Agassiz sobre as populações amazônicas, ou seja, a representação de uma mulher branca, norte americana, sobre uma população inegavelmente mestiça e culturalmente diversa, que apresentava outras lógicas para a condição feminina e para a constituição da família.

Sobre suas impressões relativas a sua estada no alto Amazonas, acolhida por família local⁶, Elizabeth Agassiz declarou, que estaria diante de “pessoas de boa condição, embora de sangue índio, muito longe de serem necessitadas, vivendo com certa facilidade e relativamente ao seu meio, quase ricas” (AGASSIZ, 2000, p. 258). Pessoas que de acordo com a autora se esperaria encontrar o conhecimento das leis morais, porém a partir de quais leis morais Elizabeth Agassiz estaria representando o que via sobre a condição da mulher amazônica? Com certeza a partir da compreensão burguesa e colonizadora que representava outras culturas como fadadas a assimilação e propensas ao não progresso por sua típica “primitividade” herdada da sua miscigenação indígena e negra. Agassiz observou:

[...] pessoas entre as quais, por conseguinte, se esperaria encontrar o conhecimento das leis mais rudimentares da moral. Pois bem: quando me apresentaram à moça, como eu lhe pedisse notícias de seu pai, pensando que fosse o capitão ausente, a mãe me respondeu sorrindo e com a maior simplicidade: “Não tem pai; é filha da fortuna.” Por sua vez a moça me mostra os seus dois filhinhos, duas criaturinhas um pouco menos escuras que a mãe, e, à minha pergunta se o pai estava também no exército, deu a mesma resposta ingênua: “Não tem pai.” É comum nas mulheres índias de sangue mestiço falarem a cada instante de seus filhos sem pai; isso num tom sem queixa nem tristeza, e, pelo menos na aparência, sem nenhuma consciência, da vergonha e de falta, como se o marido estivesse morto ou ausente (AGASSIZ, 2000, p. 257).

Em toda a região amazônica eram comuns os filhos naturais das relações de amasiamentos, estes conviviam entre as famílias que sem nenhuma distinção ou problemas mais específicos os tratavam como simples frutos de relacionamentos amorosos que não necessitavam de maiores justificativas. A não existência de um pai ou

⁶ “Recorreu-se, para formar um exército, ao voluntariado, depois às requisições, o serviço militar só devendo durar até o fim da guerra. Improvisaram-se oficiais que receberam, por todo o prazo da campanha, uma *comissão*, cujos efeitos naturalmente cessarão com a volta aos lares. É na residência de um desses oficiais temporários que se encontra a Senhora Agassiz. (Nota da trad. francesa.)”. Nota retirada da obra original que referencia onde Elizabeth Agassiz estava hospedada durante sua passagem pela região Amazônica. Cf.: AGASSIZ, Jean Louis Rodolph; AGASSIZ, Elizabeth Cary. *Op. Cit.* pp. 257

de um marido que compusesse uma família dita “correta” ou “higiênica” como alguns homens de ciência desejavam, por vezes, não representava vergonha ou falta de consciência sobre os aspectos da conjugalidade, antes apresentavam outros entendimentos sobre a constituição familiar que podemos considerar dentro de uma especificidade atribuída ao exercício da sexualidade das mulheres das classes populares.

O pensamento cientificista forjou variadas representações sobre o comportamento feminino que por sua vez também refletiu sobre as medidas republicanas de ordenamento dos espaços públicos da cidade de Belém. Através dos jornais podemos perceber algumas das ações do governo para inibir hábitos comuns das mulheres das camadas populares, por exemplo, lavar roupas em locais ditos públicos. O jornal *Correio Paraense* em 13 de Agosto de 1892 em chamada específica intitulada “Mizeria e Oppressão”, publicou extensa nota na tentativa de denunciar determinadas sanções sofridas pelas mulheres lavadeiras do Bairro da Pratinha. O periódico insulta a República e questiona as diversas medidas *arbitrarias* tomadas contra as mulheres populares:

Cada dia que o tempo volve, volve-se uma pagina de nossa historia cheia de registro de violências dos agentes do poder ou de injustiças da autoridade. Nem as lavadeiras da Pratinha escapam a longa serie de vexames com que a ditadura republicana persegue o povo brasileiro. Deram nos uma republica caricata e redicula, que mente a cada um de seus compromissos.[...]
 É isto que é Republica com certeza não!
 A Republica virá com a liberdade, a justiça, a razão e a igualdade.
 Falamos em lavadeiras da Pratinha.
 Pobres mulheres que ganham o pão com o rude trabalho da lavagem de roupa, expostas a um sol ardente e as consequencias de perigosas constipações: a pneumonia e o pleurir.
 Parece que há um instinto de perseguir.
 A abundancia de dinheiro extorquido do povo permite ter uma multidão de desocupados fiscaes, que, não tendo trabalho em que gastem o tempo, já foram impedir o trabalho das infelizes mulheres!
 Nem as mulheres são poupadas...
 Prisões iníquas, persiguições inqualificáveis, uma multidão de termos de bem viver, cuja verdadeira causa a decência prohibe dizer![...] (CORREIO PARAENSE, 13 de agosto de 1892, p.02).

O pensamento científico e político coadunavam-se nas representações sobre as mulheres das camadas populares e, mas além, podemos considerar que a cientificidade auxiliou a politica republicana a forjar medidas de repressão justificadas no discurso higienista e progressista. Os interesses comuns da comunidade política e científica brasileira se estreitaram no século XIX, o que contribuiu para o crescimento do controle do Estado sobre a vida pública e privada, neste momento “os médicos passaram

progressivamente a definir os modernos códigos da conduta sexual a serem adotados por mulheres e homens, jovens, adultos, velhos ou crianças, ricos e pobres, numa escala nacional” (RAGO, 2005, p. 96).

Ressaltemos que o *Correio Paraense* era um dos periódicos que criticava ferrenhamente a República e que a todo o momento destacava em suas colunas a “república caricata” e “redicula” que se fazia presente no país, nos permitindo diante da sua posição política perceber as variações nas representatividades sobre a figura feminina em Belém no final do século XIX. Se por um lado o periódico destacava a criminalidade em suas notas, também criticava a ação repressora feita, segundo o jornal, de forma arbitrária acentuando a possível inoperância política como agente ordenador.

O discurso do periódico nos mostra o que seria, segundo os seus redatores, o cotidiano de mulheres pobres do subúrbio da cidade, trabalhadoras empenhadas nos seus ganhos diários formadas por brancas, mestiças, negras, e que eram alvo dos desmandos das autoridades paraenses e de uma “ditadura republicana”, que trabalhando como lavadeiras para garantir seu próprio sustento, burlavam mais uma vez com os ideais propostos para o bom comportamento feminino. Não temos maiores detalhes sobre este embate que tem de um lado as lavadeiras e de outro as “injustiças das autoridades” sabemos, porém que um dos alvos da repressão foi a lavadeira Joanna Izidora Procopia, moradora da rua da Industria entre as travessas da Princesa e Gloria, levada a assinar Termo de Bem Viver pelas autoridades por negar-se a obedecer a “certas exigências”, que não sabemos quais.

É pertinente pensarmos quais exigências teriam sido feitas a Joanna que a mesma negou-se a cumprir? As mulheres pobres de Belém enfrentavam as novas normatizações das políticas republicanas que de muitas maneiras atingiam seu cotidiano provocando enfrentamentos muitas vezes pouco pacíficos, que as levavam algumas vezes a adquirirem os rótulos de “perigosas” por criarem seus próprios mecanismos de resistências às normas estabelecidas e por trabalharem e circularem livremente na cidade. A descrição de José Veríssimo (1970) sobre as mulheres que lavavam suas roupas nas praças públicas, “seminuas” “ou apenas de saia e decotadíssima camisa de mangas curtas” é bem diferente da representação dada pelo periódico, enquanto o autor privilegia em sua representação a pouca beleza neste tipo de costume, enfatizando a nudez e um “certo” comportamento “desregrado” e lascivo, o periódico em contrapartida exalta o trabalho cotidiano das mulheres pobres que tinham na maioria das vezes como único sustento seu trabalho incorporado nas ocupações da domesticidade.

Os paradigmas que se desejavam impor a sociedade belenense “compreendidos como o da boa moralidade, disciplinarização, normatização, muitas das vezes não eram apreendidos por aquelas agentes sociais que, com suas vivências particulares, tencionaram relações” possibilitando a flexibilização e o rompimento de laços e fronteiras que procuravam estabelecer caminhos para fazer uma sociedade tranquila e moralizada (CAMPOS, 2004, p. 67).⁷ As relações amorosas das mulheres das camadas populares nem sempre se pautavam nos discursos do casamento, indo muito além das cerimônias religiosas e da tutela masculina, as mulheres exerciam seu direito a escolha, mesmo que contrariando as normas sociais vigentes, escolhendo ou recusando amantes, brigando com rivais, e tornando-se alvo de disputas entre os homens contrariando o que deveria se configurar no “bom comportamento”.

As representações sociais sobre a sexualidade “desviante” das mulheres amazônicas no século XIX pode ser traduzida a partir de suas relações nômades e de concubinato, localizadas através de linguagens e imagens que vislumbraram seus corpos sexuados e suas relações de gênero. Estas representações e seu “desnudamento” permite um debate que inverte as polaridades do sistema sexo/gênero. Trabalhar as representações do corpo da mulher permite-nos perceber o sexo biológico não mais como “significante” que abriga o binário sexual, mas como um “signo produzido no próprio seio do agenciamento social” (SWAIN, 2000, p.69).

3 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou a partir das notas do periódico e de debates científicos entender um pouco mais sobre as representações da sexualidade feminina a partir das relações tecidas entre as mulheres das camadas populares de Belém nos primeiros anos da constituição da República. As fontes consultadas apresentam-se ricas para levantar questionamentos sobre o assunto, tendo em vista que o cotidiano destas mulheres ainda se reflete em campo a ser investigado. Lacunas podem ser preenchidas através de trabalhos que priorizem uma perspectiva histórica social, voltada para a reconstrução do

⁷ Trabalhos como o de Cristina Cancela também debatem a disciplinarização dos comportamentos femininos em Belém no século XIX a partir da problematização da sexualidade, defloramentos e práticas amorosas. Cf: CANCELA, Cristina Donza. *Adoráveis e dissimuladas: as relações amorosas das mulheres das camadas populares na Belém do final do século XIX e início do XX*. 173 f. 1997. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas. Campinas, 1997.

cotidiano das mulheres das camadas populares e para os mecanismos de dominação e resistência que se definiram em meio ao processo de estruturação do poder.

As relações amorosas das mulheres das camadas populares nem sempre se pautavam nos discursos do casamento, indo muito além das cerimônias religiosas e da tutela masculina. As mulheres exerciam seu direito a escolha, mesmo que contrariando as normas sociais vigentes, escolhendo ou recusando amantes, brigando com rivais, e tornando-se alvo de disputas entre os homens contrariando o que deveria se configurar no *bom comportamento*. A partir desta perspectiva percebemos através das fontes que as “práticas amorosas”, compreendidas como *ilícitas* pela articulação da ciência oitocentista, poderiam ser facilmente criminalizadas se envolvessem questões que de alguma maneira representassem a desagregação de uma suposta *ordem e moral* almejados.

As fontes utilizadas confirmam que a partir da constituição republicana a disciplinarização do comportamento feminino tornou-se preocupação eminente tanto dos discursos científicos quanto dos órgãos de governo da cidade de Belém que se encarregaram da manutenção da moralidade e da segurança pública e privada.

Mulheres populares foram duramente atingidas por suas “práticas amorosas” e tiveram seu padrão de vida e suas vivências cotidianas postas em detrimento diante de um modelo feminino delineado para as mulheres das camadas dominantes. Seus comportamentos chocaram-se, inúmeras vezes, com o desejado pela sociedade burguesa oitocentista, efetivando conflitos e propiciando tensões. Estas representações sociais sobre as relações tecidas pelas mulheres das camadas populares, não formaram de maneira nenhuma um discurso neutro, mais produziram no século XIX estratégias e práticas de imposição de uma autoridade sobre uma população pobre que era menosprezada e que sobre os olhares da elite oitocentista paraense necessitava de projetos legitimados que regulassem suas condutas de acordo com justificativas que muitas vezes as criminalizavam.

As “práticas amorosas” das mulheres populares representadas pelos discursos científicos como intimamente ligadas aos signos do desviante precisam ser debatidos a partir de uma perspectiva de gênero para que possamos entender um pouco mais da história e da construção dos modelos sociais que forjaram os comportamentos de mulheres, para que possamos empreender possíveis reflexões, rearranjos e novas descobertas.

A prostituição, a violência física, o comportamento desviante, os amantes, todos esses elementos misturavam-se entre as mulheres do século XIX, e agiam sutilmente em seus mundos periféricos, influenciando em suas decisões, ações, e relações, transformando as representações sobre a sexualidade. Para elas talvez as constantes brigas amorosas, os filhos naturais e a ausência do casamento ou ainda os defloramentos não fossem vistos como “crimes” desordenadores da família e da sociedade, como pregavam os “homens e mulheres de ciência” e a “regeneradora” República. Estampar as páginas dos jornais tendo suas vidas devassadas pelos folhetins diários talvez não fosse tão vergonhoso para estas mulheres, pois seu cotidiano transpassado por suas relações e vivências poderiam lhes dar uma outra representação de si mesmas e de suas relações.

Talvez crime para as mulheres populares não fossem seus vários amantes que com permissão se envolviam em seu cotidiano amoroso, ou a frequência em botequins, proferir palavras indecorosa ou brigar por seus eleitos, crimes para as mesmas talvez fosse a invasão de seu mundo “privado” sem a devida autorização, ou serem levadas a revelar aos tribunais sendo questionadas por possíveis vivências e comportamentos entendidos como impróprios pela sociedade oitocentista. Crime talvez perpassasse pelo fato de serem proibidas do direito de circularem livremente nos espaços públicos, senhoras de si e capazes de conduzirem seus destinos sem medos da reprimenda e da discriminação social.

REFERENCIAS

ALVAREZ, Marcos Cesar. O Homem delinqüente e o social naturalizado: apontamentos para uma história da criminologia no Brasil. *Teoria & Pesquisa*, n.47, jul.-dez. 2005.

ARAÚJO, Telmo Renato da Silva. Sob a luz do livre arbítrio: raça, mestiçagem e criminalidade. In: ARAÚJO, Sonia Maria da Silva (Org.). *José Veríssimo: raça, cultura e educação*. Belém: EDUFPA. 2007.

AGASSIZ, Jean Louis Rodolph; AGASSIZ, Elizabeth Cary. *Viagem ao Brasil (1865-1866)*. Tradução e notas de Edgar Sússekind de Mendonça. Brasília: Senado Federal/Conselho Editorial, 2000. Coleção: O Brasil visto por estrangeiros.

BARROS, Pedro Motta de. *Alvorecer de uma nova ciência: a medicina tropicalista Baiana. Mangüinhos-História, Ciência e Saúde*, São Paulo, v. 4, n. 3, nov. 1997.

BORELLI, Andréa. *Da privação dos sentidos a legítima defesa da honra: consideração sobre o direito e a violência contra as mulheres*. Disponível em: <http://sisnet.aduaneiras.com.br/lexdoutrinas/arquivos/141106v.pdf>. Acesso em: 05 set. 2007.

CAMPOS, Ipojucan Dias. *Casamento, Divórcio e Meretrício em Belém no final do século XIX (1890-1900)*. 324f., 2004. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2004.

CANCELA, Cristina Donza. *Adoráveis e dissimuladas: as relações amorosas das mulheres das camadas populares na Belém do final do século XIX e início do XX*. 173 f. 1997. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas. Campinas, 1997.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Campinas: Unicamp. 2001.

D'INCAO, Maria Ângela; ALVARES, Maria Luzia Miranda. *A Mulher Existe? Uma contribuição ao estudo da mulher e gênero da Amazônia*. Belém: GEPEM, 1995.

FOULCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro. Graal. 2001

FLAX, Jane. *Thinking Fragments: psychoanalysis, feminism, and postmodernism in the contemporary west*. Berkley: University of California Press. 1990.

GREGERSEN, Edgar. *Práticas sexuais: a história da sexualidade humana*. Tradução de Antonio Alberto de Toledo Serra e Edson Ferreira. São Paulo: Livraria Roca, 1983.

MITCHEL, Juliet. A Mais Longa Revolução. *Revista Civilização Brasileira*, ano 3, n. 14, Julho, 1967

NASCIMENTO, Renan Custódio do. Noções conceituais da sexualidade humana num recorte foucaultiano. *Universitas Ciências da Saúde* - vol.03 n.01; 2005 - pp. 65-72. Disponível em: <http://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/index.php/cienciasaude/article/viewFile/546/366> Acesso: 20 ago. 2011.

NINA RODRIGUES, Raimundo. *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*. Editora Guanabara. Waissman Koogan Ltda. p. 89. Disponível em: http://bdjur.stj.gov.br/xmlui/bitstream/handle/2011/9989/As_racas_humanas_e_a_responsabilidade_penal_no_Brazil.pdf?sequence=5 Acesso em: 4 out.2010.

PATTO, Maria Helena Souza. Estado, ciência e política na Primeira República: a desqualificação dos pobres. *Estudos Avançados*, [São Paulo], v. 13, n. 35, 1999.

PERROT, Michelle. Escrever uma História das mulheres: relato de uma experiência. IN: *Cadernos Pagu*. n 04, 1995.

_____. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

RAGO, Margareth. Amores Lícitos e Ilícitos na Modernidade Paulistana ou no Bordel de Madame Pommery. *Teoria & Pesquisa*, n. 47. jul/dez. 2005.

SCHIENBINGER, Londa. *O Feminismo mudou a Ciência?* Bauru, SP: EDUSC, 2001.

SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar, Da Crítica Feminista à Ciência. Uma Ciência Feminista? In: COSTA, Ana Alice Alcântara & SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar (Orgs.). *Feminismo, Ciência e Tecnologia*. Salvador: Coleção Bahianas, 2002. p. 89-120.

SOIHET, Rachel. *Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana (1890-1920)*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

SWAIN, Tânia Navarro. A invenção do Corpo Feminino. In: SWAIN, Tânia Navarro(org.) *Textos de História - Dossiê: Feminismo, teorias e perspectivas*. Brasília: UnB, 2000, v. 8.

VERÍSSIMO, José. *Estudos Amazônicos*. Coleção Amazônica. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970. (Reedição da obra escrita em 1885)